



Índice

- 01 Situação territorial expõe índios a mortalidade, afirma CIMI sobre relatório da Sejusp
- 02 Dono de fazenda invadida registra boletim de ocorrência contra índios
- 03 A Constituição brasileira deixa claro: pertencem aos índios "as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las"
- 04 Governo promete reunião com indígenas do Sul
- 05 Ministro da Justiça pode cancelar visita ao Estado por conta de protestos
- 06 Índios protestam sobre bloqueio de sacas de soja colhidas no Paraná
- 07 Sai primeira perícia de arma apreendida em caso de índio morto em Paranhos
- 08 Depois de duas horas de bloqueio e manifestações, índios liberam BR
- 09 Participação das comunidades indígenas em hidroelétricas: por favor, que não seja por falta de lei.
- 10 Projeto de lei sobre questão indígena pode ser votado na CAC
- 11 Funai tem plano para passar terras indígenas de 13% para 25% do território nacional
- 12 Procurador federal de MS defende corte especial para causas indígenas



Situação territorial expõe índios a mortalidade, afirma CIMI sobre relatório da Sejusp
SÍTIO MIDIAMAX, 19.06.2013

A pedido da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), a Sejusp (Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado) elaborou um relatório que indica que dos 196 homicídios que aconteceram no Estado de 2006 a 2013 entre índios, 92% deles tiveram outros índios como autores. Porém, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) alega que o conflito demográfico expõe os índios a esta situação.

Com o relatório, o presidente da Famasul, Eduardo Riedel, quer desmentir o relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) de mortes contra índios no Estado. "O maior problema das comunidades indígenas é a falta de políticas públicas específicas, que garantam sustentabilidade e preservem as culturas, fortalecendo a identidade desses povos. Remeter os homicídios ao conflito fundiário é manipular a informação e camuflar o problema social", destaca o presidente da Famasul.

Para o Coordenador Regional do CIMI, Flávio Vicente Machado, o relatório da Sejusp deixa clara a situação de conflito a que os índios são expostos. "Em momento nenhum o Cimi atribuiu aos produtores rurais nenhuma matança de índios. Mas a disputa por terras expõe os índios as situações de conflito interno nas aldeias".

Flávio explicou que em dez anos, dez lideranças indígenas foram mortas em conflitos no Mato Grosso do Sul. "Isso evidencia que em outras áreas do país, onde há conforto demográfico, o sistema é propício a convivência e ao controle interno da violência, o que não acontece aqui no Estado".

A Sejusp apontou que em todos os 27 homicídios contra indígenas registradas no Estado naquele ano os autores dos crimes são também indígenas, sendo que em 20 ocorrências os responsáveis foram identificados ainda no local do crime.



Dono de fazenda invadida registra boletim de ocorrência contra índios

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 19.06.2013

O pecuarista Nilton Carvalho da Silva Fiho, 59 anos, dono da fazenda Esperança, em Aquidauana, a 135 quilômetros de Campo Grande, registrou boletim de ocorrência, por ameaça, contra os índios que no dia 30 de maio invadiram a propriedade rural.

No documento, o produtor conta que por volta das 12 horas dessa terça-feira recebeu uma ligação no celular e o genro do cacique Santos Coelho, da aldeia Bananal, o mandou retirar as duas mil cabeças de gado da fazenda em 24 horas e também móveis e objetos da sede.

Nilton conta que registrou o boletim porque, pelo acordo que fez com os indígenas no dia em que saiu da fazenda (1º de junho), eles se comprometeram a não mexer no gado, na casa e a permitir que os funcionários lá entrassem três vezes por semana.

No entanto, conforme o pecuarista, nesta quarta-feira os índios não deixaram os empregados entrar. "Eles falam que eu quebrei o acordo e hoje meus funcionários não puderam entrar".

"A gente fica refém disso", define o fazendeiro, explicando que conseguiu reintegração de posse nessa segunda-feira, porém, os índios permanecem na fazenda.

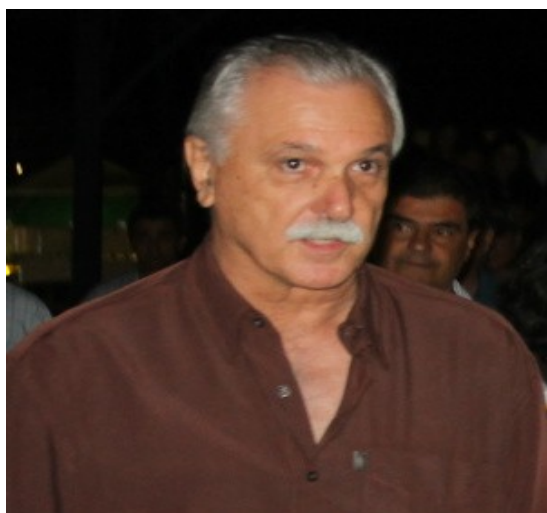
Nesta quarta-feira os indígenas iriam se reunir para definir se deixam a fazenda.

A Constituição brasileira deixa claro: pertencem aos índios "as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las"

SÍTIO PERFILNEWS, 19.06.2013

Os índios contemporâneos não querem, exceto talvez os da Amazônia, caçar com arco e flecha. Desejam terras para cultivar, pastorear rebanhos, ganhar dinheiro. Estão certos.

Pascoal Secco



Pascoal Secco é produtor rural e atual presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas (Foto: Ricardo Ojeda)

A Constituição brasileira deixa claro: pertencem aos índios "as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las". Princípio que nenhuma pessoa civilizada contesta. De onde surgiu, então, esta confusão que anda assustando a sociedade?

É simples explicar: ocorre que certos grupos indígenas estão, com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), reivindicando áreas de terra que, há tempos, deixaram de ocupar. Colonizados pelos produtores rurais, tais espaços agrários ajudaram a edificar a nação brasileira. Em alguns casos, a exploração agropecuária ultrapassa 90 anos, com imóveis registrados no cartório de imóveis. Posse legítima, zero de terra devoluta.

Situada em Mato Grosso do Sul, assim se configura a Fazenda Buriti, palco do infeliz conflito que matou o terena Oziel Gabriel. Mantida desde 1927 pela família Bacha, suas cercanias foram invadidas para forçar a conclusão do processo demarcatório, visando a transformá-la em reserva indígena. O tiroteio ocorreu em meio ao cumprimento do mandado de reintegração de posse, ato judicial contra o qual os indígenas resistiram com violência. Tragédia anunciada.

Em todo o sudoeste de Mato Grosso do Sul existem, há tempos, dezenas de propriedades rurais ameaçadas por essa inusitada categoria de sem-terras com penachos coloridos. O miolo da encrenca afeta 3 milhões de hectares, exatamente o mesmo tamanho da área cultivada no Estado, onde labutam 100 mil famílias rurais. O exagero da "causa indígena" assombra o bom senso.

O acirramento dos ânimos resulta da demora do governo federal em resolver a questão. As reservas indígenas já existentes no território sul-mato-grossense somam 613 mil hectares, abrigo 31 mil remanescentes das tribos originais. Alguns defendem ser necessário

CONT.



aumentar esse domínio. Inexistem, porém, áreas disponíveis, exceto aquelas dedicadas historicamente aos cultivos de soja, milho e algodão, ou à pecuária, de excelente nível. Há proprietários que aceitariam, se indenizados, entregar parte das terras, mas o governo sempre afirmou ser impossível pagar. Entregar de graça ninguém topa.

Enquanto nada se decidia, o caldo da encrenca engrossava e se contaminava ideologicamente. Os indígenas invasores de terras se articulam com vários movimentos, todos próximos da chamada Via Campesina, uma organização de natureza anticapitalista, que propõe uma espécie de regresso às origens comunitárias da civilização. Gostam de desafiar autoridades, desprezam o regime democrático, bancam os salvadores messiânicos da pureza humana. No fundo, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) que comanda essa jornada, aliado, no caso, ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a outras entidades que dizem representar os "povos excluídos".

Tal conexão, com ramificações internacionais, destinada a "libertar os oprimidos", se espraia pelo Brasil, fazendo do "ruralista" sua vítima. Em Mato Grosso, entre várias pendengas, existe uma suposta tribo remanescente no Pantanal que deseja o mundo na região do Pirigalo. No Rio Grande do Sul, remanescentes caingangues querem tomar 22 mil hectares de colonos gaúchos próximos de Passo Fundo. No Paraná, invasões se verificam em Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Mercedes, Santa Helena e Francisco Alves. Os invasores, conforme denunciou o senador Álvaro Dias (PSDB) na tribuna do Senado, não falam português, mas, sim, guarani e castelhano. Em Santa Catarina, o drama de milhares de agricultores ameaçados de perder suas terras na região de Chapecó e Palhoça foi relatado e documentado pelo senador Luiz Henrique (PMDB).

No Pará, fabricaram-se índios boraris na região de Santarém, mirando 80 mil hectares dentro da Gleba Nova Olinda. Na Bahia, afora aqueles malucos que invadiram um resort, e depois saíram envergonhados, outras etnias desconhecidas esbulham terrenos rurais ocupados há 80 anos em Ilhéus, Borá e Buerarema. Para não falar da história de Paulo Apurinã, o falso índio amazonense, um barrigudo velhaco que posava de líder junto das autoridades. Ponta do iceberg?

Nenhum desses conflitos envolve disputa por floresta virgem. Todos, pelo contrário, recaem sobre terras produtivas, sob a alegação de que seriam, no passado, indígenas. No limite, o raciocínio permite englobar também as praias cariocas, a Avenida Paulista, a Esplanada dos Ministérios, recantos alhures, pois, afinal, tudo pertencia aos índios até o descobrimento. Como, e a partir de quando, se comprova a "ocupação tradicional" das terras pelos remanescentes indígenas?

Aqui está o xis da questão. A legislação exige laudos antropológicos, a cargo da Funai. O procedimento, correto em tese, tem-se desvirtuado ao se utilizar de argumentos suspeitos, pouco científicos, para apontar "vestígios" recentes de ocupação indígena onde era imemorial seu sumiço. Referindo-se a uma querela em Mato Preto, no norte gaúcho, o procurador do Estado, Rodinei Candeia, denunciou o respectivo laudo antropológico como "uma fraude absoluta". Essa desconfiança sobre a veracidade dos laudos antropológicos levou o governo Dilma a propor que outros órgãos, como a Embrapa e o Incra, também opinassem sobre a matéria. A prova dos nove, necessária, irritou os indigenistas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106 / 2013

Brasília, 20 de junho de 2013.

Percebe-se que os atuais conflitos indígenas não decorrem de nenhuma guerra de extermínio, ataque à floresta ou prepotência ruralista. Nada disso. Os índios contemporâneos não querem, exceto talvez os da Amazônia, caçar com arco e flecha. Desejam terras para cultivar, pastorear rebanhos, ganhar dinheiro. Estão certos.

Errado é continuar tratando índios remanescentes como "almas puras", inimputáveis perante a lei da sociedade humana. Isso precisa mudar.

Pascoal Secco presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas



Governo promete reunião com indígenas do Sul

SÍTIO ESTADÃO, 19.06.2013

Novo encontro buscará alternativas e entendimento sobre as terras indígenas em processo de demarcação, anunciou a Secretaria-Geral da Presidência

Rafael Moraes Moura e Tânia Monteiro - Agência Estado

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reuniu-se nesta quarta-feira, no Palácio do Planalto, com os chefes da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para tratar da demarcação de terras indígenas na Região Sul.

Em reunião com líderes indígenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, ficou acertado que, dentro de 15 dias, será feito um novo encontro para "negociação de alternativas e busca de entendimento sobre as terras indígenas em processo de demarcação" com as comunidades gaúchas de índios e agricultores, anunciou a assessoria da Secretaria-Geral da Presidência.

Também deverão ser realizados outros encontros com representantes de agricultores e comunidades indígenas do Paraná e Santa Catarina com a mesma finalidade. A reunião no Planalto durou uma hora e 30 minutos - começou antes do jogo do Brasil contra o México, mas se entendeu durante boa parte da partida.



Ministro da Justiça pode cancelar visita ao Estado por conta de protestos

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 19.06.2013

Lideranças indígenas e representantes dos produtores rurais se preparam para reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, marcada para às 15h desta quinta-feira (20), em Campo Grande.

O encontro, que ainda não tem local definido, deve acontecer no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul ou na Assembleia Legislativa. A confirmação só sairá nessa quinta-feira (20), isso porque o ministro da Justiça pode não vir a Campo grande, por conta das manifestações que acontecem em todo País.

Caso seja confirmada a agenda, devem participar a Fundação Nacional do Índio (Funai), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS (Famasul) , Associação dos Criados de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e o governador do Estado, André Puccinelli.

O objetivo é resolver o problema de conflito entre índios e fazendeiros, em relação as demarcações de terras. "Nós esperamos que isso seja resolvido. Que eles (governo federal) paguem as terras para os produtores. Nenhum dos dois têm culpa", diz Vison Terena, da aldeia Bananal.

A previsão na Base Aérea de Campo Grande, é que José Eduardo Cardoso chegue às 8h, o que também não foi confirmado. A presença do Ministro também é esperada na XV semana nacional contra as drogas, que começou no último dia 19 e segue até o dia 26, na Capital.

O ministro da Justiça esteve no Estado no último dia 5 a pedido do governador André Puccinelli. Na ocasião, ele sobrevoou a região de conflito, em Sidrolândia. Desde então, militares da Força Nacional foram acionados. Eles fazem a segurança nas entradas das fazendas e aldeias para evitar confrontos.

O conflito fundiário se agravou em Mato Grosso do Sul no mês de maio, quando índios invadiram a fazenda Buriti, em Sidrolândia.

A ação de reintegração de posse resultou na morte do terena Oziel Gabriel, de 35 anos. Dias depois, o terena Joziel Gabriel, de 34 anos, foi baleado na coluna.

Com riscos de ficar paraplégico, joziel foi transferido nessa terça-feira (18) para o hospital Sarah Kubitschek, em Brasília.



Índios protestam sobre bloqueio de sacas de soja colhidas no Paraná

SÍTIO ZULUPA, 19.06.2013

Protesto reuniu cerca de 400 índios em Manoel Ribas, na terça-feira (18). Mais de 40 mil sacas foram bloqueadas pela Justiça em uma cooperativa.

Cerca de 400 índios da Aldeia Ivaí protestaram sobre o bloqueio de mais de 40 mil sacas de soja em uma cooperativa de Manoel Ribas, no norte do Paraná, na tarde de terça-feira (18). O internauta Rômulo Vandresen Schiroff estava passando pelo local e registrou a reivindicação. "Eles precisam do dinheiro da soja colhida. Pelo que eu sei o bloqueio foi feito pela Justiça Federal porque as terras onde eles plantaram a soja não podem ser arrendadas. Eu não faço parte dos protestantes, mas sei que a maior parte deles está passando por dificuldades financeiras", relata o internauta.

O cacique da aldeia, Ademir Pereira Cispim, disse que os índios plantaram porque a Funai liberou as terras. Segundo ele, a área total tem cerca de 600 hectares. "Eu não sei o que aconteceu que depois a Justiça acabou bloqueando a nossa colheita e alegou que a terra não poderia ser arrendada, mas não é isso que estávamos fazendo. Nós plantamos porque a Funai já tinha liberado tudo", defende. Ele confirmou que os índios estão passando por necessidades. "Tem índio passando fome. Não tem condições de continuar assim", argumentou o cacique.

Nota da Redação: procurada pelo G1, A Justiça Federal, em Guarapuava, informou que a Funai entrou com um pedido de armazenagem dos grãos na cooperativa e que a ação ocorreu em virtude de um arrendamento ilegal na aldeia. Também destacou que foi determinada a realização de perícia na área para verificar a produtividade e qualidade dos grãos plantados. A perícia deve ser concluída no início de julho.

Os responsáveis pela Funai na região também foram procurados, mas até a publicação da reportagem ninguém tinha retornado o telefonema.



Sai primeira perícia de arma apreendida em caso de índio morto em Paranhos
SÍTIO REGIÃO NEWS, 19.06.2013

Segundo o delegado Rinaldo, apenas com este resultado não há como confirmar se a arma usada no assassinato do indígena é a mesma apreendida.

O laudo de recenticidade (que verifica se uma arma foi usada recentemente) da arma apreendida com o funcionário da Fazenda Califórnia, em Paranhos, Ivonei Gabriel Vieira, deu positivo. Este é o primeiro resultado de três que o delegado Rinaldo Gomes Moreira, responsável pelo caso, aguarda para dar rumo às investigações.

Segundo o delegado Rinaldo, apenas com este resultado não há como confirmar se a arma usada no assassinato do indígena é a mesma apreendida. Conforme ele já havia explicado, é preciso o resultado dos três laudos periciais: calibre da arma, residuográfico (exame que verifica se havia resíduo de pólvora na mão do suspeito) e o de recenticidade para poder fazer alguma afirmação.

O laudo do calibre deve sair ainda nesta tarde, já o residuográfico está previsto para ser entregue ao delegado na sexta-feira.



Depois de duas horas de bloqueio e manifestações, índios liberam BR
SÍTIO NOTICIDADE, 19.06.2013

O grupo de 200 índios liberou, por volta das 18h30, a BR-262, em Miranda, após manifestação que durou cerca de duas horas. Os manifestantes estavam acampados na Fazenda Esperança, próximo a Aquidauana, desde dia 1º de junho.

Segundo os terena, o grupo queria a presença da imprensa e principalmente de alguma autoridade no local. A intenção dos manifestantes é fazer uma assembleia pra discutir a decisão judicial.

Na manhã de hoje, os terena foram notificados de decisão da Justiça Federal para saída da área, que é reivindicada pela comunidade terena para ampliação da aldeia Ipegue.

Os índios ganharam prazo de 10 dias para a desocupação pacífica. Os donos da fazenda entraram com o pedido de reintegração de posse logo após a invasão.



Participação das comunidades indígenas em hidroelétricas: por favor, que não seja por falta de lei.

SÍTIO PORTAL PCH, 19.06.2013

Enfim uma boa notícia: o governo federal, através do secretário executivo do ministério de minas e energia, Márcio Zimmermann, reconheceu a possibilidade das comunidades indígenas participarem dos estudos preliminares e dos resultados econômicos das hidroelétricas.

Abre-se com isso a porta para resolver a grave contradição que a presidenta Dilma apontou dias atrás, quando lembrou-nos a todos, no Forum Global de Mudanças Climáticas, que sem construirmos reservatórios de acumulação, iremos multiplicar a emissão particulados e gases de efeito estufa devido à operação por períodos cada vez maiores das centrais termoeletricas que deveriam operar em condições emergenciais.

Mas basta ler a ultima parte deste nosso artigo publicado no Portal PCH no dia 11.06.13

<http://www.portalpch.com.br/index.php/noticias-e-opnioa/noticias-pch-s/972-11-06-2013-gastando-us-50-milhoes-dia-para-evitar-apagao-dilma-deve-garantir-direitos-dos-indigenas-na-construcao-de-hidroeletricas-com-reservatorios-e-fazer-as-pazes-com-o-setor-eletrico>

para constatar que no ministério de minas e energia, parece vigorar uma interpretação contrária à do Ministério Público Federal, quanto ao disposto nos Decretos 5051/04 e 7778/12, na Convenção 169 da OIT e no parágrafo terceiro do artigo 231 da Constituição e no artigo 176 da mesma.

Afinal, a participação das comunidades indígenas nas duas oitivas previstas na legislação, sendo uma para efeito da autorização do congresso nacional e outra para avaliação dos estudos ambientais dos empreendimentos, já encontra-se toda regulamentada nestes decretos, bem como o seu direito à gestão dos recursos oriundos do resultado líquido de sua operação, atendendo assim ao disposto no artigo 176 da Carta Magna.

Assim, dando ao secretário aquilo que esperamos seja uma boa notícia, não é necessário, em nossa opinião, criar nenhuma outra lei para colocar em prática o Tratado Internacional que o Congresso Nacional aprovou há mais de dez anos atrás através do Decreto Legislativo 143/2002. E as razões para isto estão expostas na parte final do artigo que apontamos supra.

Ou seja: aquilo que é feito no Canadá e nos Estados Unidos com relação à participação de indígenas em empreendimentos hidroelétricos já poderia estar sendo feito no Brasil, se houvesse vontade política, desde 2004.

E havendo um entendimento bom, hígido e válido com aquelas comunidades para cada empreendimento, nós não precisaríamos na situação que estamos, tendo que pagar no próximo ano, aos proprietários das termoeletricas, nada menos do que 2,4 bilhões para cada um dos meses (ou 55 mil reais por minuto) em que tiverem funcionado, apenas pela falta de nova legislação sobre isso.

CONT.



Qualquer diferença na interpretação dos dispositivos legais citados poderia ter sido tratada adotando-se é claro, aquela que mais fosse favorável ao interesse público em gerar energia a custos razoáveis, com os menores danos sócio-ambientais.

Mesmo porque caso realmente fosse necessário mais algum regulamento para disciplinar o formato em que deveriam ser realizadas essas oitivas, isso poderia ter sido feito por uma norma interna conjunta da FUNAI e do MME. Ou então por uma Medida Provisória, destas muitas que são editadas à todo momento.

De fato, não faz nenhum sentido que, sob tanta tensão social em Belo Monte, diante da falta de recursos para melhorar e subsidiar o transporte coletivo e outros serviços públicos estejamos dispendendo valores bilionários com termoeletricas, apenas porque tenha faltado entendimento com as comunidades indígenas, para podermos construir usinas com reservatórios.

Com a devida permissão dos que possam advogar em sentido contrário e entender que realmente ainda falta alguma lei para promovermos imediatamente estas consultas para todas as hidroelétricas já inventariadas, é fora de duvida que, conhecendo como conhecemos, os rituais do processo legislativo em nosso país, isso levaria anos!

E consumiria tempo e dinheiro que nós absolutamente não temos!

Além, é claro, de provocar sangria incontornável nossa economia, da ordem de centenas de bilhões de reais, diminuindo enormemente, ainda mais, as difíceis condições de competitividade de nossa indústria e de nossa agricultura.

Outro aspecto que deveria ser considerado é que, a julgar pelas manifestações dos últimos dias em Brasília, não é difícil imaginar as cenas que veremos quando tribos e comunidades indígenas, seguindo os passos dos estudantes, usariam a rampa que Niemeyer sabiamente previu para caracterizar a prevalência do poder que emana do povo sobre o Congresso, para ali acampar e permanecer, por um bom tempo, junto aos que estariam definindo seu futuro enquanto tal lei não fosse aprovada.

Mas de toda forma, essa é realmente uma boa notícia, que deve ser comemorada. Sobrando mais dinheiro gasto com termoeletricas e mais combustíveis fósseis, todos ganham inclusive o transporte coletivo que poderia ter parte de seus custos subsidiados com esta economia.

Para nós, em especial, que investimos em energias renováveis e temos 9.000 MW em pequenas centrais hidroelétricas apenas aguardando autorização da ANEEL e dos órgãos ambientais para construir, é um ótimo sinal de que teremos reservatórios para depositar a energia que gerarmos em excesso, em forma de água não utilizada, para ser usada nos períodos secos.

Este é um passo importante no sentido de que o Brasil reconheça que sem acordo e sem a participação de todos, índios, negros, brancos, estudantes, jovens, idosos, operários, agricultores e empresários, o governo, qualquer governo, por melhores que sejam suas intenções, não conseguirá alcançar o objetivo de construir um país realmente rico e sem miséria.

(Ivo Pugnali é engenheiro eletricista, presidente do Grupo ENERCONS e da ABRAPCH - Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas e foi diretor da COPEL)

Projeto de lei sobre questão indígena pode ser votado na CAC

SÍTIO URUARÚ, 19.06.2013



Proposta de indenização de produtores rurais detentores de terras demarcadas ganha força

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em Brasília, começou um ciclo de debates que vai discutir as questões indígenas durante toda a semana. Nesta quarta (19/06), a Comissão de Agricultura da Câmara pode votar um projeto de lei relacionado ao tema.

Ganha cada vez mais força nas discussões envolvendo os conflitos indígenas a possibilidade de indenização dos produtores rurais detentores de títulos de terras que, depois, são destinadas para territórios indígenas. A proposta da comissão de Legislação Participativa é de que as famílias

assentadas pelo poder público com títulos definitivos, ao terem que sair da propriedade, recebam algum tipo de ressarcimento.

O presidente da Comissão de Integração Nacional e Amazônia, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), acredita que o caminho mais rápido para resolver o impasse entre produtores rurais e índios seja a regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que trata do tema. O senador Romero Jucá (PMDB/RR) é o relator da matéria, que pode ser levada direta para avaliação do plenário.

“Isto, pra nós, seria a forma mais rápida dessa tramitação, para que isso possa virar lei e tranquilize os produtores na resolução desse conflito”, afirmou Goergen.

Outra possibilidade, só que mais demorada, é que essa regulamentação seja feita por meio de um projeto de lei, que será votado nesta terça na Comissão de Agricultura da Câmara. Neste caso, o caminho será mais longo, já que a matéria terá que passar por várias comissões antes de ir aos plenários da Câmara e do Senado.

Durante a Comissão de Legislação Participativa, o deputado Padre Ton (PT-RO) sugeriu a criação de um fundo de indenização para detentores de título de terra expedidos pelo poder público sobre áreas originalmente dos índios.

“Já que nós estamos discutindo terras da União, que são as terras indígenas, nós precisamos agir de forma legal, seja por meio de uma ação aqui do Parlamento ou por uma medida provisória do governo federal”, afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106 / 2013

Brasília, 20 de junho de 2013.

Ninawa Hunikui, um dos dez representantes indígenas que participam do grupo de trabalho criado pela presidência da Câmara, alertou para a possibilidade de fraudes para se receber indenizações do poder público.

“Há possibilidade de pessoas que queiram adquirir títulos das terras apenas pelas próprias indenizações. É um debate que nós vamos fazer, mas sem a certeza de que vai resolver o problema das terras indígenas”.



Funai tem plano para passar terras indígenas de 13% para 25% do território nacional
SÍTIO REPORTER NEWS, 19.06.2013

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da presidência da república, tem até o dia 12 de julho para comparecer na Comissão de Agricultura da Câmara Federal e prestar esclarecimentos sobre a política do governo para demarcação de terras indígenas. E um dos pontos mais polêmicos que deverá ser abordado pelos integrantes da comissão é o plano do governo federal de aumentar de 13% para 25% o percentual do território nacional destinado a receber terras indígenas e quilombolas.

Para o deputado Moreira Mendes, do PSD de Rondônia, o ministro terá que explicar à opinião pública que são os critérios para a demarcação destas terras e aumento destes territórios que, na maioria das vezes, visa a desapropriação e até expropriação de terras produtivas.

"O brasileiro não sabe, mas 13% do território já são ocupados por comunidades indígenas. Mas a Funai quer chegar a 25%". Os índios já usam mais áreas do que toda a agricultura. Eu quero saber o que os índios produzem?", questiona.

Outro ponto a ser abordado por Moreira Mendes são os casos de violência envolvendo índios e produtores. Para o deputado, que é membro da Frente Parlamentar da Agropecuária, o objetivo da audiência pública é mostrar à sociedade brasileira a realidade que ocorre no campo.

"Temos dois objetivos: sensibilizar o governo que está na hora de dialogo. E sensibilizar a opinião pública brasileira. É muito romântica a idéia de proteção ambiental, a defesa das comunidades indígenas e o fato de que os latifundiários possam ser responsáveis pelos problemas existentes. É Mentira. Estou sendo muito claro, o que existe são os excessos da Funai sobre os produtores", destaca.

O parlamentar também pretende questionar Carvalho sobre o transporte de índios em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). No início de junho, Carvalho recebeu índios no Palácio do Planalto e externou opinião favorável à demarcação de terras indígenas, o que criou críticas por parte da FPA. Caso o ministro não compareça à comissão, ele poderá incorrer em crime de improbidade.

Por: Vinícius Tavares
Fonte: Olhar Direto



Procurador federal de MS defende corte especial para causas indígenas

SÍTIO G1, 19.06.2013

*Julgamentos são complexos e demandam conhecimento técnico, diz Delfino.
Indígenas e produtores discutem propostas em audiência pública no DF.*

A criação de uma corte especial para julgar conflitos envolvendo índios e produtores rurais foi defendida pelo procurador da República em Mato Grosso do Sul, Marco Antônio Delfino de Almeida, durante audiência pública na Câmara Federal que discutiu propostas para solucionar a questão indígena por demarcações de terras no país. "Os julgamentos relacionados às questões indígenas são geralmente muito complexos, que demandam conhecimento técnico e necessidade de se debruçar sobre a questão, o que muitas vezes um juiz, envolvido em outras questões, acaba não tendo tempo necessário para se dedicar", declarou.

O tema reuniu representantes de diferentes setores em Brasília. Até agora, o principal consenso é pagar os agricultores que estão em áreas indígenas mas têm títulos emitidos pelo poder público. Eles deixariam as terras para a formação de reservas ou assentamentos para as comunidades indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) defende a alternativa. "O que a indenização pela terra nua resolveria o problema dos direitos dos povos indígenas do Brasil seria na questão de diminuir a judicialização", afirmou o representante da Funai, Gustavo Vieira.

Durante a audiência pública, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentou a proposta de desapropriar os imóveis. Na prática, os produtores sairiam das terras com uma compensação financeira maior. "Não seria só a indenização da terra nua, seria a questão dos juros compensatórios, remuneratórios, lucros cessantes. A desapropriação justa e prévia seria o mecanismo mais adequado", declarou Anaximandro Almeida, representante da CNA.

Outro tema discutido foi a Proposta de Emenda Constitucional 215, que transfere do Executivo para o Legislativo o poder de decisão sobre as terras indígenas. Para o governo, a proposta é inconstitucional.